ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

ACTA Nº. 13/2000
SESSÃO ORDINÁRIA DE DEZEMBRO DE 2000
20 de Dezembro de 2000

Os trabalhos foram declarados abertos às 21 horas.

Mesa da Assembleia constituída por : Presidente, Senhor António Ramos Preto.
Primeiro Secretário, Senhora Maria Arlete Rodrigues.
Segundo Secretário, Senhor Luis Batista Nunes.

Membros presentes: Todos, com excepção dos Senhores Eduardo Pombal, Granja da Fonseca, António Andrade Silva, João Vieira, José Faustino e Jaime Garcia, conforme consta da relação anexa.

Presenças da Câmara Municipal: Senhor Presidente da Câmara Municipal, Joaquim Moreira Raposo, a Senhora Vereadora Helena Bastos, os Senhores Vereadores Gabriel Oliveira, Vítor Gonçalves, Carlos Silva, Miguel Gabriel, João Bernardino e Fernando Pereira.

O Senhor Presidente da Assembleia informou que, os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Alfragide e S. Brás se fizeram representar, nos termos da alínea c) do nº. 1 do Artigo nº. 38º da Lei 169/99, de 19 de Setembro, pelos Senhores Ricardo Silva Pina e Luís Filipe Pires, respectivamente (Documentos anexos à presente Acta).

Verificado o quórum da Assembleia, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a Sessão.

I – TOMADA DE POSSE

O Senhor Presidente da Assembleia informou, que havia sido recepcionado um pedido de suspensão do mandato pelo período de 6 meses, do Senhor Miguel Reis, do Partido Socialista, o qual foi lido pela Senhora Primeiro Secretário (Documento anexo à presente Acta).

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia perguntou se algum dos membros pretendia intervir, não havendo intervenções, colocou o pedido de suspensão do mandato à votação, sendo aprovada por unanimidade.

Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia informou que haviam sido recepcionados dois pedidos de substituição, sendo o primeiro do Senhor Mário Ventura Henriques da bancada da CDU e o segundo, do Senhor Ricardo Faria da bancada do PS (Documentos anexos à presente Acta).

Foi chamado para tomar posse o Senhor Mário Miguel Rodrigues, suplente da lista da CDU, dado não estar presente não foi possível empossá-lo. De seguida, foram chamados para tomar posse os Senhores José Ribeiro Leal e Francisco Mendeiros, suplentes da lista do PS, os quais foram empossados (Documentos anexos à presente Acta).

II – ORDEM DO DIA

1 – Apreciação, nos termos da alínea e) do nº1 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da ***"Informação Escrita do Presidente da Câmara Acerca da Actividade do Município";***

2 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea b) do nº. 2 do Artigo 53º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, conjugado com o nº. 2.3 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº. 59/99, de 22 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei nº. 162/99, de 14 de Setembro, das deliberações da CMA relativas a ***"Grandes Opções do Plano para o ano de 2001"*** e ***"Orçamento para o ano de 2001 "***;

3 - Apreciação para aprovação, nos termos do nº. 6 do Artigo 22º. do Decreto Lei nº. 197/99, de 8 de Junho, da deliberação da CMA relativa aos Concursos Públicos ***"Reabilitação de 4 Escolas e Pré-Escolar (E.B. Brandoa 2, E.B. Brandoa 3, E.B. Buraca 3 e E.B. Reboleira 2)".***

O Senhor Presidente da Assembleia colocou a Ordem do Dia à discussão e não havendo intervenções, submeteu-a à votação, sendo aprovada por unanimidade dos 24 membros presentes (Documento anexo à presente Acta).

III - CORRESPONDÊNCIA

Procedeu-se à leitura do resumo constante da folha que se anexa com esse título.

IV - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Senhor Presidente da Assembleia abriu este período, tendo-se inscrito o Senhor Ivan Rodrigues, as Senhoras Graciete Cabral, Celina Lopes e Albertina Luz, o Senhor Adriano Bigone, e as Senhores Maria de Lurdes Moura e Maria dos Reis Pina.

O Senhor Ivan Rodrigues, como representante dos moradores do Bairro Azul, Alto dos Trigueiros, Portas de Benfica e Fontainhas, procedeu à leitura de um documento, em protesto contra a venda de fogos na Boba, que eram destinados ao realojamento (Documento anexo à presente Acta).

A Senhora Graciete Cabral, na sua intervenção, como representante dos jovens do bairro das Fontainhas, questionou para quando o início do Concurso "Casa de Habitação Jovem". Salientando que há mais de dois meses que entregou a candidatura, e até à data ainda não obteve qualquer resposta.

A Senhora Celina Lopes, na sua intervenção, também com representante do bairro das Fontainhas, questionou para quando o realojamento para estes moradores, porque lhes foi dito pelo Presidente da Junta de Freguesia, que o realojamento estaria para breve.

A Senhora Albertina Luz, pelo mesmo motivo da moradora anterior, questionou para quando o realojamento, pois a sua inscrição foi feita em 81 e até ao momento não obteve qualquer resposta.

O Senhor Adriano Bigone, na sua intervenção, referiu que os fogos da Boba têm algumas deficiências, como é o caso da falta de arrecadações.

A Senhora Maria de Lurdes Moura, na sua intervenção, disse que no 1° realojamento foi entregue casas aos jovens que viviam com os pais e com companheiros, questionando porque é que os jovens que habitam nestes bairros, não têm direito a uma habitação.

A Senhora Maria de Reis Pina, na sua intervenção, falou sobre a falta de condições que a sua barraca tem, questionando quanto tempo mais tem viver naquela situação precária, e para quando o realojamento.

Findas as intervenções dos munícipes, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara, relativamente à primeira intervenção, disse que esta tinha alguma consistência política, referindo que o realojamento para a Boba abrangia os bairros que já estavam préviamente definidos no âmbito do traçado da CRIL, mantendo-se todos os realojamentos previstos. Salientando que todas as pessoas que estivessem legalmente recenseadas têm direito a este realojamento. Quanto à intervenção do Senhor Adriano Bigone, disse, que se tinha pensado fazer um conjunto de armários nas partes mortas das casas, mas os valores que eram propostos, eram insuportáveis, porque havia regras em que certos valores não podiam ser ultrapassados. Disse ainda que, a questão da aprovação dos valores tinha a ver não só com a Câmara, mas também com o INH e com o IGAPHE, daí que só se podia aprovar os valores, depois das correcções e depois do INH e do IGAPHE aprovarem, tendo em conta que são eles os donos da obra, sendo a Câmara o comprador final do empreedimento. Sendo assim, terão que ser os inquilinos a fazer nas casas as suas próprias despensas. Relativamente ao que se tem dito de não se fazer realojamento por não haver esquadra na Boba, disse que, a esquadra em S. Brás já deveria de estar pronta há muitos anos, porque o que a Câmara defende são as Esquadras de Proximidade, e S. Brás tendo em conta a população que tem, já lá deveria de ter uma. Salientando de que se não fizer pressão, não haverá esquadra, porque a questão do realojamento não tem a ver com esquadra. Referindo que a ideia que algumas pessoas difundem, e muitas vezes pela parte negativa, e a comunicação social é responsável pelas questões que levanta em relação aos bairros, dando a imagem de tudo o que é criminalidade e marginalidade, é devido aos bairros. De qualquer modo, a esquadra é muito importante para o bairro, e é também muito importante que este equipamento se faça, porque o equipamento é provisório tendo em conta o que está previsto pelo Governo. É criar também um outro equipamento em S. Brás, que é uma Divisão da PSP, que envolve um investimento na ordem dos 500 ou 600 mil contos. Referindo que a previsão

para a instalação desta esquadra não será daqui nem a dois anos, e por isso quando se cedeu o espaço para que a esquadra fosse construída, o Governo não poderá negar dizendo que não tem projecto, nem as verbas necessárias para colocar o equipamento. Ainda sobre os fogos, disse, que ainda estão a ser feitos um conjunto de obras de acabamentos, que já podiam estar feitas, não fosse o constante adiamento do início das mesmas por parte do Ministério. Há no entanto dois problemas, que são os acabamentos a nível dos espaços exteriores e das infiltrações num dos lotes. Falta também o registo da propriedade horizontal, que só na semana passada é que a Edifer fez a entrega na Câmara das telas finais, devido a um conjunto de alterações feitas no projecto, sendo só agora possível fazer o registo. Concluiu que a questão da esquadra não inviabiliza de todo, o realojamento.

Em relação ao teor da carta do Senhor Ivan Rodrigues, o Senhor Presidente da Câmara esclareceu que a Câmara não está a ganhar dinheiro com a venda dos fogos. Em primeiro lugar permite que os jovens que moram e que trabalham no concelho, independentemente da sua origem e condição social, tenham a possibiliade de comprar uma casa a custos acessíveis. Foram, foi colocado no mercado os 266 fogos, para os quais foram abertas as inscrições, havendo mais candidatos do que fogos disponíveis, o que quer dizer que os jovens têm carência de habitação. O que se está a fazer, respondendo à questão que a Senhora Graciete Cabral colocou, é verificação da documentação, apresentada nas candidaturas e verificar se foram feitas por pessoas que trabalhem ou morem na Amadora há 2 anos. Caso não obedeçam a estas condições serão excluídas. Constata-se no entanto haver um número superior de candidaturas em relação aos fogos disponíveis. A solução poderá ser a de convocar todos os candidatos para um sorteio, e as que sejam seleccionadas, serão as primeiras a ser realojadas. As outras seriam posteriormente realojadas, pois a Câmara irá abrir novos concursos para a venda de fogos a custos controlados. Quanto à intervenção da Senhora Celina Lopes, disse, que gostaria que todas as pessoas do bairro pudessem ser realojadas neste Natal, e a Câmara fez tudo para que isso acontecesse, mas tal não irá ser possível. O realojamento irá ser feito em Janeiro, mas não na totalidade das 404 famílias, irá ser feito faseadamente e por lotes.

Por fim, e respondendo à Senhora Albertina Luz, disse compreender a sua situação, pois são muitos anos de espera para ser realojada, referindo que todas as pessoas que estejam abrangidas pelo traçado da CRIL irão ser realojadas.

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu este período por encerrado.

V - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

De seguida, a Senhora Primeiro Secretário informou que estavam abertas as inscrições para intervir neste período, tendo-se inscrito os Senhores Manuel Jerónimo, Tremoço de Brito, António Nunes, Armando Paulino e José Teodoro.

O Senhor Manuel Jerónimo, na sua intervenção, aproveitou esta quadra para agradecer a todos os vereadores e a todas as pessoas que têm feito chegar as Boas Festas, desejando-lhes também um Bom Natal e um Feliz Ano Novo.

O Senhor Tremoço de Brito na sua intervenção, questionou sobre o desaparecimento dos monumentos na Amadora, nomeadamente o monumento alusivo ao 25 de Abril na Damaia, e o monumento que estava na rotunda ao pé da praça, e que deu lugar a uma oliveira.

O Senhor António Nunes, na sua intervenção, referiu que no cruzamento do Borel, os painéis indicativos de direcção, têm alguma lacunas, nomeadamente a indicação do cemitério. De seguida, elogiou a Câmara por este ano a iluminação de natal, nomeadamente do centro da Amadora, ter tido uma grande melhoria. Disse ainda que, não compreendiam o procedimento dos serviços da Câmara perante algumas situações. A Junta de Freguesia tinha feito um pedido de parqueamento à frente das novas instalações da Junta de Freguesia, tendo demorado cerca de 5 meses a obter resposta por parte da Câmara, mas em contrapartida, retiraram em 24 horas os lugares de estacionamento nas antigas instalações.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que informou que não tinha nada contra os monumentos que foram colocados anteriormente, no município da Amadora. Referindo que o monumento alusivo ao 25 de Abril, na Damaia, tinha sido retirado devido à intervenção que era necessária fazer e para se encontrar um melhor enquadramento para estes monumento, estando já em análise várias soluções para o seu enquadramento. Em relação às oliveiras, disse, que estas foram colocadas devido às obras que foram necessárias fazer. Referiu ainda que o monumento da Damaia era perigoso, pois todo ele era laminado e poderia causar graves danos se ocorresse um acidente no local. Quanto à sinalização, disse que tudo quanto era mobiliário urbano na Amadora é mau, tendo sido lançado um concurso para adquirir mais e

melhor mobiliário, estando previsto fazer um investimento na ordem dos 20 milhões de contos. Relativamente à iluminação de Natal, referiu que há muitos anos que a Câmara anda a tentar melhorar esta iluminação na Amadora, tendo-o conseguido este ano, principalmente no Parque Delfim Guimarães, estando também previsto alargar este tipo de iluminação, para as restantes freguesias. Disse ainda que uma das questões discutidas na Câmara, é que há a ideia de que a Associação de Comerciantes comparticipa com 50% para a iluminação de natal nas ruas, mas tal não acontece. Referiu ainda que a árvore que está ao pé dos Recreios da Amadora, irá ter iluminação e que será em homenagem a Timor. Sobre os lugares de estacionamento que foram tirados junto às antigas instalações da Junta de Freguesia da Venteira, disse que como a Junta tinha direito a 5 lugares e entretanto mudou de instalações, os serviços retiraram esses lugares e procederam à colocação dos novos junto às novas instalações.

O Senhor Paulino Domingos, referiu ainda que espera que no próximo ano, a sua Freguesia seja contemplada com uma iluminação de natal tão boa quanto as outras freguesias tiveram, pois há já 7 anos que a Junta anda pedir melhor iluminação. Disse ainda que a Junta de Freguesia da Brandoa é a única que "estende a mão" aos comerciantes, no sentido de angariar uma precentagem para a iluminação de natal, que supostamente deveria de ser a Associação de Comerciantes a dar. Relativamente ao mobiliário urbano, fez um pedido, para que a Freguesia da Brandoa desta vez não fosse esquecida como tem sido até agora. Questionou ainda, se as empresas que colocam sinalética clandestina, em várias zonas da Freguesia, iriam ser contempladas no novo mobiliário urbano com o pagamento de alguma taxa.

O Senhor Tremoço de Brito, interveio novamente, para dizer que não tinha compreendido a explicação do Senhor Presidente da Câmara, e referiu que o monumento da Damaia tinha sido feito pelos trabalhadores da zona industrial, não percebendo se tinha sido a população que tinha feito um abaixo-assinado para retirar de lá o monumento, porque se assim não for, não compreende a retirada do monumento para outro local. Questionou ainda o porquê da demora nas obras da Ponte de Carenque, pois estas obras estão a prejudicar o trânsito, quer na entrada da Amadora, quer na zona de Queluz. Salientou que tinha desaparecido parte do Aqueduto nesta obra, perguntando se iria haver alguma reconstrução, pois este é um monumento histórico. Por fim, disse que os semáforos que estão na Av. Elias Garcia e que dão acesso à Rua das Industrias, deveriam de ser rectificados, pois há muita dificuldade para os automobilistas virarem à esquerda devido aos automóveis que vêm em sentido contrário.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que esclareceu o Senhor Paulino Domingos, dizendo que não é possível fazer iluminação de natal em todas as ruas da Freguesia, tal como está no centro da Amadora, o que se poderá fazer é iluminar as ruas de maior movimento. Esclarecendo que se a Associação de Comerciantes pagasse 50% da iluminação, já a Câmara tinha a possibilidade de poder iluminar todas as ruas da Amadora. Relativamente ao mobiliário urbano antigo, disse que este tinha sido colocado porque havia um contrato com uma empresa para a substituição de um conjunto de peças, tendo estas sido colocadas em determinados sítios das freguesias onde não havia sinalização. Disse ainda que o novo mobiliário urbano irá ser colocado em todas as freguesias, esclarecendo que há um tipo de mobiliário que não se pode mudar, pois existe um contrato, só depois deste terminar é que se poderá fazer a sua substituição. Quanto à intervenção do Senhor Tremoço de Brito, disse não ter sido feito nenhum abaixo-assinado, referindo que o monumento vai ser enquadrado na Damaia, tendo já ouvido várias opiniões dos habitantes da Damaia, no sentido de se encontrar um espaço que esteja à altura do monumento. Quanto à questão da Gargantada, referiu que, a Câmara não deu autorização para demolir nada, e que o senhor vereador já tinha dado explicações publicamente do que iria acontecer. Esclareceu ainda que, as obras que estão a ser feitas na zona do Pendão, são da responsabilidade da Refer, e a informação que tem é que as obras estão quase concluídas. Quanto ao património, disse que, iria levar uma proposta à Câmara, no sentido desta avançar com um processo de classificação do património na Câmara. No PDM existe a intenção de classificar, o que é do interesse municipal, não está efectivamente classificado como interesse municipal, por isso não tem nenhuma validade. Referiu ainda que, não conseguiu impedir a demolição de um monumento que esteja apenas com intenção de ser classificado no PDM, mas cujo processo de classificação não está terminado, tendo-se assim deixado destruir alguns monumentos no concelho.

O Senhor José Teodoro, na sua intervenção, falou sobre as implicações que a Fundação para a Prevenção e Segurança, poderia trazer para a função pública. Referindo que certo tipo de gestão e de operações que se fazem com a transferência de verbas, tanto para este Instituto como para outros, sendo algumas das verbas transferidos para objectivos que não aqueles que fazem parte das receitas dos Ministérios e das entidades públicas. (Troca de cassete). Disse ainda que algumas pessoas deste concelho escrevem artigos de opinião em jornais do concelho, sobre o bem estar dos funcionários públicos e o bom caminho da administração pública, nunca tendo estes sido funcionários públicos. Concluiu que a administração pública não funciona como deveria de funcionar, porque as verbas que são descontadas para o estado, andam por caminhos sinuosos.

O Senhor Tremoço de Brito, na sua intervenção, referiu que não compreendia o que se estava a passar com as obras no IC19, questionando se os terrenos tinham sido ou não expropriados para o alargamento da IC19. Referiu ainda que as obras que estão a ser feitas, não vão resolver o problema, pois o que se devia de ter feito era uma intervenção de fundo.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, em que referiu que a Câmara juntamento com o Governo, estão a proceder conjuntamento no alargamento da IC19, salientando que o problema não é só no território da Amadora. Em relação às tabuletas que existem são de terreno privado, mas não estão dentro do terreno que é necessário para fazer o alargamento da via. Disse ainda que, as obras estão a decorrer normalmente, resolvendo assim o problema no território da Amadora, estando prevista a conclusão para o verão de 2001. Concluiu a sua intervenção dizendo que, uma das questão que também está a ser discutida com o Governo, é o alargamento e o arranjo da EN117.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu este período por encerrado.

VI - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 – Apreciação, nos termos da alínea e) do nº1 do Artigo 53º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da ***"Informação Escrita do Presidente da Câmara Acerca da Actividade do Município".***

O Senhor Presidente da Assembleia, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se pretendia proceder à apresentação do Relatório, à qual declinou.

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia, declarou aberta as inscrições para a discussão deste ponto e não havendo inscrições deu o ponto por encerrado.

2 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea b) do nº. 2 do Artigo 53º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, conjugado com o nº. 2.3 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº. 59/99, de 22 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei nº. 162/99, de 14 de Setembro, das deliberações da CMA relativas a ***"Grandes Opções do Plano para o ano de 2001"*** e ***"Orçamento para o ano de 2001 ".***

O Senhor Presidente da Assembleia informou que, de acordo com a decisão da Comissão Permanente, não haveria tempo estabelecido para a discussão das propostas.

Informou igualmente, que a Comissão de Administração Geral e Finanças havia reunido para análise das propostas, não tendo emitido parecer por não ter havido concenso.

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se desejava proceder à introdução formal das propostas, ao que acedeu.

O Senhor Presidente da Assembleia declarou abertas as inscrições para discussão deste ponto, tendo-se inscrito os Senhores Joel Monteiro, Júlio Correia, a Senhora Carla Tavares, os Senhores, José Teodoro, António Frade, António Nunes, Manuel Vieira, José Fernandes e Tremoço de Brito.

O Senhor António Frade, na sua intervenção, disse que iria votar favoralmente a proposta, assim como toda a bancada do Partido Socialista.

O Senhor José Leal, na sua intervenção, disse que iria votar favoravelmente a proposta.

Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Assembleia colocou as propostas à votação, tendo sido aprovadas por maioria, com 25 votos a favor e 7 votos contra. (Documento anexo à presente Acta).

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu este ponto por encerrado.

3 - Apreciação para aprovação, nos termos do nº. 6 do Artigo 22º. do Decreto Lei nº. 197/99, de 8 de Junho, da deliberação da CMA relativa aos Concursos Públicos ***"Reabilitação de 4 Escolas e Pré-Escolar (E.B. Brandoa 2, E.B. Brandoa 3, E.B. Buraca 3 e E.B. Reboleira 2)".***

O Senhor Presidente da Assembleia informou que, de acordo com a decisão da Comissão Permanente, cada bancada dispunha de 5 minutos para discussão do ponto.

Informou, que a Comissão de Administração Geral e Finanças havia reunido e emitiu parecer sobre a matéria, o qual foi lido de imediato pela Senhora Primeiro Secretário (Documento anexo à presente Acta).

Finda a leitura, o Senhor Presidente da Assembleia perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se desejava proceder à introdução formal da proposta, ao que ele acedeu.

O Senhor Presidente da Assembleia, declarou abertas as inscrições para discussão deste ponto, tendo se inscrito o Senhor Manuel Vieira.

Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Assembleia colocou a proposta à votação, sendo a mesma aprovada por maioria com 25 votos favor e 5 abstenções (Documento anexo à presente Acta).

O Senhor Presidente da Assembleia deu este ponto por encerrado.

Por proposta do Senhor Presidente da Assembleia, a minuta das deliberações da Ordem do Dia, foram aprovadas nos termos do nº.3 do Artigo 92º, da Lei nº.169/99 de 18 de Setembro.

Finda a discussão da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a Sessão às 02.00 horas.